

EDUCAÇÃO FINANCEIRA E EMPREENDEDORISMO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS DE MARINGÁ-PR

FINANCIAL EDUCATION AND ENTREPRENEURSHIP IN THERAPEUTIC COMMUNITIES OF MARINGÁ-PR

Felipe Fantucci Pascoal Vieira*
Ligia Greatti**

RESUMO

Este artigo tem como objetivo de analisar a educação e inclusão financeira em Comunidades Terapêuticas e de como um tema que está em expansão tem sido de destacada importância nos meios acadêmicos e no debate sobre políticas públicas. Desta forma, a inclusão financeira por meio de bancarização, acesso ao crédito e demais serviços financeiros, educação financeira e empreendedorismo são instrumentos que podem proporcionar melhorias na qualidade de vida de pessoas de baixa renda ou em situações de vulnerabilidade, como as pessoas que estão acolhidas nas Comunidades, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável. Talvez, por meio do empreendedorismo, da absorção de conhecimentos sobre educação financeira e do auxílio do microcrédito, esses indivíduos possam ter destinos diferentes e melhores quando saírem da casa de apoio, ou seja, possam ser reinseridos no mercado de trabalho e socialmente. Desta forma, é fundamental analisar habilidades e capacidades que podem ser desenvolvidas nos acolhidos, no intuito de que eles deixem as comunidades com a perspectiva de uma vida melhor, seja de benefício pessoal ou para a abertura de um negócio que lhes concedam uma vida digna e próspera.

Palavras-chave: Comunidades Terapêuticas. Inclusão Financeira. Empreendedorismo.

ABSTRACT

This article aims to analyze financial education and inclusion in Therapeutic Communities and how this expanding topic has become of prominent importance in academic circles and the debate on public policies. Financial inclusion through banking services, access to credit and other financial services, financial education, and entrepreneurship are instruments that can improve the quality of life for low-income people or those in vulnerable situations, such as those who are housed in the Communities, thereby contributing to sustainable social and economic development. Perhaps through entrepreneurship, absorption of knowledge about financial education, and assistance with microcredit, these individuals may have different and better prospects when they leave the support house, that is, they may be reintegrated into the labor and social market. Therefore, it is crucial to analyze skills and abilities that can be developed in those who are housed, so that they leave the Communities with the prospect of a better life, whether for personal benefit or for opening a business that grants them a dignified and prosperous life.

Keywords: Therapeutic Communities. Financial Inclusion. Entrepreneurship.

* UEM. ra103037@uem.br

** UEM. lgreatti@uem.br

Introdução

Nos últimos anos, a inclusão financeira da população de baixa renda tem sido tema de grande importância no meio acadêmico e no debate sobre políticas públicas. A inclusão financeira é um componente crucial para o crescimento econômico sustentável, pois seu papel é agregar qualidade de vida à população por meio da promoção de serviços financeiros adequados às suas necessidades, contribuindo significativamente para o processo de bancarização, acesso ao crédito e à poupança, bem como quanto ao processo de educação financeira da população (BCB, 2010; Febraban, 2011).

Muito se tem discutido sobre a importância de aumentar a relação entre a prestação de serviços de microfinanças e a redução da pobreza, o que também pressupõe a democratização do crédito para os segmentos mais humildes da sociedade brasileira, que, como se sabe, estão praticamente excluídos do sistema bancário tradicional.

A ausência de uma conta bancária, para grande parte dos brasileiros é uma triste realidade, e as causas são várias, desde a incapacidade desses usuários de absorver o custo de manutenção até o fato de que, em geral, são desprovidos das chamadas garantias, ou seja, não dão o retorno desejado e não possuem garantias compatíveis com as exigências do sistema, como no caso da obtenção de crédito (Soares; Melo Sobrinho, 2008).

Outro agravante é que boa parte da população ainda pode ser considerada como tendo uma base precária em educação financeira, ou seja, pouco sabe como devem ser estabelecidas as relações financeiras entre o consumo e a capacidade de geração de receita. A educação financeira é vista como o processo de conscientização do consumo pessoal, que precisa estar associado à capacidade de capitalização do indivíduo. Aborda também o uso consciente dos produtos e serviços financeiros disponíveis, especialmente o crédito e a poupança.

Savoia, Saito e Santana (2007) definem a educação financeira como uma atividade utilizada para disseminar o conhecimento que desenvolve nos indivíduos habilidades para uma tomada de decisão informada e segura, em aspectos relacionados a finanças. "Está relacionado ao método pelo qual as competências necessárias para a compreensão de questões relacionadas à economia e finanças podem ser alcançadas" (Augustinis; Costa; Barros, 2012, p. 84), a fim de poder tomar decisões tanto na vida pessoal e o desenvolvimento de um negócio.

Ser educado financeiramente é a capacidade de planejar e tomar decisões financeiras corretamente, estar atento ao mercado e questões como dinheiro, crédito, investimentos, impostos, taxas de juros, entre outros que são considerados relevantes nas operações financeiras (Hira, 2009). Uma pessoa educada financeiramente é aquela que consegue organizar suas finanças pessoais, bem como entender de temas como orçamento, poupança e investimentos que podem ser utilizados não só na vida pessoal, mas também na gestão de um negócio, seja ele micro ou grande. Indivíduos que possuem essas habilidades possuem maior disponibilidade de renda e menor endividamento, contribuindo para a estabilidade e eficiência do sistema econômico (Klapper; Lusardi; Panos, 2012). Assim, não basta ter acesso ao crédito e a outros serviços financeiros, pois sem educação financeira.

Quando se trata de um negócio, não basta que o indivíduo seja educado financeiramente. Além de uma boa educação financeira, o indivíduo precisa ter capacidade empreendedora, visão para identificar oportunidades de negócios e capacidade de gestão. Schumpeter (1982), enfatizando a importância da capacidade empreendedora como motor da mudança econômica e da criação de emprego, associa o empreendedorismo à inovação e considera a criatividade como o motor da inovação, tornando-se essencial para as mudanças socioeconômicas.

Este artigo tem como objetivo analisar como a inclusão financeira, por meio de bancarização, acesso ao crédito e outros serviços financeiros, juntamente com a educação financeira e empreendedorismo, pode melhorar a qualidade de vida de pessoas em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas com baixa renda e acolhidas em Comunidades Terapêuticas.

Portanto, é essencial analisar as habilidades e capacidades que podem ser desenvolvidas nos acolhidos para que eles possam deixar as comunidades com a perspectiva de uma vida melhor. Assim, a educação financeira e inclusão financeira por meio da bancarização, acesso ao crédito e outros serviços financeiros, e o empreendedorismo são instrumentos que podem proporcionar melhorias na qualidade de vida de populações de baixa renda ou vulneráveis, contribuindo para o desenvolvimento social e econômico sustentável.

1 Referencial Teórico

1.1 Inclusão financeira e exclusão financeira

A inclusão financeira significa agir em diferentes áreas, bem como à capacidade de obter serviços e produtos financeiros e de entender como utilizar esses serviços, de forma que estejam intimamente relacionados ao dia a dia dos consumidores, repercutindo nos pilares de crescimento do país, atingindo a esfera social, política e econômica.

Desta forma, o objetivo deste capítulo, é esboçar a política de inclusão financeira, seus objetivos e participantes, discutindo os conceitos de inclusão e exclusão financeira, e por que esse tópico se tornou uma questão fundamental para diferentes países, especialmente os países em desenvolvimento e posteriormente, será descrito com base em dados de segunda mão, principalmente por meio de relatórios do banco central, para mostrar como a agência lida com os problemas do Brasil.

Promover a inclusão financeira significou muito para o BCB no início. “prover acesso a serviços financeiros adequados às necessidades da população” (BCB, 2009). O conceito foi então ampliado e a inclusão financeira passou a ser vista como “o processo pelo qual as pessoas efetivamente acessam e utilizam serviços financeiros adaptados às suas necessidades, ajudando a melhorar sua qualidade de vida” (BCB, 2010). Posteriormente, o BCB (2015) define inclusão financeira plena como “o estado em que toda a população pode acessar e utilizar serviços financeiros para o bem-estar dos cidadãos de forma simples, equilibrada e consciente, de forma simples, equilibrada e consciente”. Comodidade e preço acessível.”

No início dos anos 90, o Banco Central do Brasil (BCB), tem a missão institucional de “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente” (BCB, 2012), após estudos e avaliações, iniciou a oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda, entre instrumentos criados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e os programas de transferência de renda do governo federal, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF). No início dos anos 90, o Banco Central do Brasil (BCB), tem a missão institucional de “assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente” (BCB, 2012), após estudos e avaliações, iniciou a oferta de serviços financeiros para populações de baixa renda, entre instrumentos criados pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e os programas de transferência de renda do governo federal, a exemplo do Programa Bolsa Família (PBF).

Os termos exclusão financeiros e inclusão financeira tratam do acesso aos serviços prestados pelas instituições financeiras, a inclusão analisa o tamanho da população que tem o acesso e possibilidade do uso deste serviço, enquanto “exclusão” se refere às partes que não têm acesso a estes serviços. Nesse sentido, Anderloni *et al.* (2006) e Gloukoviezoff (2006) confirmam que há duas definições possíveis para a expressão "exclusão financeira". A primeira, e mais abrangente, seria focada nas necessidades financeiras, referindo-se à dificuldade que as pessoas de baixa renda vivenciam em ter acesso pleno ao sistema financeiro para atender às suas necessidades. Esses requisitos incluem a abertura de uma conta corrente, optar por serviços de pagamento sem dinheiro e obter crédito com condições de pagamento satisfatórias. Essas necessidades também incluem a oportunidade de construir uma carteira modesta de ativos por meio de veículos apropriados de poupança e investimento que ofereçam prazos flexíveis e fácil acesso ao capital, e que também levem em consideração os benefícios da Previdência Social e os padrões de trabalho precário (Androni *et al.*, 2006).

No Brasil, ainda existem muitas pessoas excluídas do sistema financeiro e os serviços normalmente fornecidos por bancos públicos e privados e instituições de serviço público. O governo federal incentiva diversas ações para diminuir a desigualdade financeira, tais como incentivo ao microcrédito, a abertura de conta simplificada, e expansão dos postos de atendimento.

De acordo com Bader e Savoia (2013), conforme citado por Greatti (2017, p. 99), os principais produtos demandados pela população de baixa renda, considerados excluídos, são o crédito, a poupança e o seguro, conforme relata os dados do Relatório Anual 2010 do CGAP (Consultive Goup to Assist the Poor), organização vinculada ao Banco Mundial, criada em 1995.

A inclusão financeira, precisa ser entendida como algo além do crédito, atinge a poupança, pagamentos e transferências em geral, e o acesso a tais serviços permite dotar as camadas sociais menos favorecidas, possuindo um impacto importante na consolidação do sistema financeiro de um país, promovendo a redução de pobreza e a desigualdade. Tal fato inclusive é firmado pelo Banco Mundial, “Inclusão financeira é importante para o desenvolvimento e redução da pobreza. Evidências consideráveis indicam que os pobres se beneficiam enormemente de pagamentos básicos, poupança e serviços de seguros” (BCB, 2014, p. 3, tradução nossa).

1.2 Bancarização

O processo de integração da população brasileira ao sistema bancário, conhecido como bancarização, tem o objetivo de garantir que qualquer pessoa física tenha acesso a serviços e aproveite os benefícios oferecidos pelos bancos.

Diante de um cenário epidêmico do ano de 2020, houve uma grande alteração no mercado como um todo, as instituições financeiras investiram em novas tecnologias, indo para o digital, resultando segundo (David, 2021), a bancarização no período da pandemia de 34 milhões de brasileiros. Desta forma, as instituições tiveram que inovar e assim, o surgimento dos bancos digitais, contribuindo com o oferecimento de serviços de forma permanente para a população. Com essas mudanças, segundo a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), a movimentação do mercado transformou a vida das pessoas reduzindo em 73% a população que não tem acesso ao sistema financeiro no Brasil.

O Banco Central do Brasil, trabalha de forma integrada com representantes dos segmentos envolvidos com a inclusão financeira no Brasil, no setor público e privado, com participação na construção do marco regulatório, pois reconhece que o ambiente de relações financeiras sustentáveis e inclusivas é catalisador para o desenvolvimento do país.

1.3 Microcrédito

Dado que o desemprego é visto como uma das principais causas do empreendedorismo involuntário, o microcrédito surge como um recurso alternativo para os pequenos negócios formais ou informais, bem como um instrumento auxiliar no combate à pobreza e exclusão social.

O microcrédito é uma ferramenta financeira projetada para erradicar a pobreza. A falta de recursos para atender às necessidades de sobrevivência mais básicas de uma pessoa é uma situação universal em todo o mundo e é mais óbvia em países subdesenvolvidos.

Segundo Borghi (2019), a inclusão econômica e social a partir da tecnologia do microcrédito, promove a melhora da qualidade de vida das famílias e sua comunidade, além disso, traz mais segurança econômica aos empreendedores aumentando a cidadania.

1.4 Educação Financeira

Ao longo dos anos, a educação financeira tornou-se cada vez mais importante, principalmente no que diz respeito à necessidade de conscientizar a sociedade sobre o assunto e orientar os indivíduos para que entendam suas responsabilidades na esfera social e planejamento no meio em que vivem.

As práticas de educação financeira nos mostram a forma de consumir com responsabilidade e evitar problemas financeiros futuros, o que se reflete em nosso ambiente pessoal e profissional. Em tempos difíceis, entender as boas práticas financeiras adotadas no mundo e repensar novas formas de usar o dinheiro são lições que deixam uma impressão positiva e podem ajudar muitas outras pessoas que buscam o equilíbrio financeiro.

Recentemente, a pandemia demonstrou para muitas famílias a importância de gerenciar e administrar o dinheiro, pois com a queda nos rendimentos financeiros, é necessário pensar em alternativas para economizar e reduzir os gastos.

Segundo (Anais III, 2011, p. 72), enfatiza que a educação financeira é um processo pelo qual consumidores e investidores aprimoram seus conhecimentos sobre conceitos e produtos financeiros. Isso é feito por meio de informações, orientações e conselhos, conscientizando os usuários sobre os riscos e oportunidades que existem nos mercados financeiros. Portanto, a educação financeira deve promover escolhas conscientes que contribuam para melhorar a felicidade do consumidor financeiro.

Posteriormente, foi acordado que a responsabilidade primária do Estado e os conflitos de interesse limitam o papel das instituições financeiras neste processo, portanto, deve começar o mais cedo possível nas escolas, mas também deve ser estendido a adultos e estados. Segundo (Anais III, 2011, p. 72) deve ter papel relevante nesse processo, tanto no alinhamento da educação financeira quanto na regulação do sistema financeiro, é importante a criação de uma estratégia nacional de educação financeira com a participação de diversos órgãos, como governo, sociedade civil e setor privado etc.

A educação financeira é um processo que viabiliza que cidadãos melhorem a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros. Nesse processo, eles devem desenvolver as habilidades e a confiança necessárias para fazerem escolhas conscientes, para saberem onde procurar ajuda e para realizarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro. As ferramentas que embasam esse processo são informação, instrução ou aconselhamento objetivo. O conceito de educação financeira como processo

foi dado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE – 2005) e resgatado pelo BCB na construção do conceito de cidadania financeira e seus pilares (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2018).

1.5 Empreendedorismo

O Empreendedorismo tem grande importância para a inclusão social e profissional, diante disso, é de grande importância destacar, que promove

Segundo Nunes; Malafaia; Sales (2020), os governos, bancos, startups, fintechseentre outros, têm visado cada vez mais a população de baixa renda que deseja empreender, pois gera-se emprego e o país se desenvolve economicamente, sendo um fator fundamental para a inclusão financeira. E com a disponibilizada que muitas instituições de microcrédito estão oferecendo, ajuda a minimizar a desigualdade social e o desemprego, ao mesmo tempo que estimula o empreendedorismo. Desta forma, é importante lembrar que, além do crédito, os empreendedores precisam ser educados financeiramente, para não correr o risco de ficarem endividados.

Com o surgimento de uma nova era, impulsionada pela informação, inovação e transformação, os novos produtos e fornecedores do estão encontrando espaço e, com isso, entregando mais soluções, especificamente para os mais diversos setores, incluindo o financeiro. Isso cria uma mudança nos perfis de clientes e as empresas aproveitam este momento para criar inovações revolucionárias com novos modelos de negócios e muito mais (Christensen, 2015). A evolução da tecnologia, o acesso à informação, a internet e a outros meios de comunicação está cada vez mais fácil e barato.

Diante disso, o empreendedorismo surge como alternativa para os adictos, pessoas que fazem são dependentes químicos e que participaram das comunidades terapêuticas, e buscam serem reinseridos na sociedade e no mercado de trabalho, desta forma o microcrédito para estas pessoas seria a oportunidade do recomeço.

1.6 Comunidades Terapêuticas

As Comunidades Terapêuticas (CTs) são instituições que realizam o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, tais como dependentes químicos, ex-presidiários e pessoas em situação de rua, justamente por pertencerem a uma classe social geralmente baixa e em situação de desigualdade social.

As primeiras comunidades terapêuticas apareceram na década de 1950 com o objetivo de tratamento da neurose aos soldados ingleses, a partir das observações clínicas do psiquiatra do exército inglês, Maxwell Jones, afirma Damas (2013). A primeira clínica terapêutica no Brasil, é conhecida como “Desafio Jovem”, fundada em 1968 na cidade de Goiânia, em Goiás. Normalmente as CT estão distantes das cidades, em geral localizam-se em zonas rurais, longe de aglomerados urbanos, devido a facilidade do acesso às drogas, e com isso, a probabilidade de os dependentes terem recaídas, é grande.

Damas (2013), o tratamento é dividido em três fases, sendo elas: a desintoxicação, a interiorização e a ressocialização, cada qual com três meses de duração. Algumas CTs estimulam um procedimento também dito “ressocialização”, a reintegração do indivíduo no núcleo familiar e na sociedade.

O que se tem observado na realidade, é que grande parte dos dependentes químicos, tendo ou não “completado” o seu tratamento, ao retornarem à sociedade, rapidamente recaem no uso de substâncias por falta de oportunidades, principalmente, de trabalho, com isso as tentativas de retorno à sociedade tendem a ser fracassadas e representadas pela “recaída” desses indivíduos, fazendo com que ele volte novamente a CT.

2 Metodologia Da Pesquisa

Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa-quantitativa, bibliográfica e documental, os dados serão coletados de forma primária e secundária e os dados secundários serão coletados de fontes bibliográficas e documentais. As pesquisas qualitativas trazem técnicas interpretativas, maior profundidade e significado, pois procuram descrever, analisar, traduzir e de alguma forma chegar a um acordo com o sentido, não a frequência, de determinados fenômenos que ocorrem naturalmente no mundo social (Van Maanen, 1979), utilizando-se de dados não mensurados e não medindo frequência de acontecimentos.

A pesquisa qualitativa aborda objetos para uma análise mais aprofundada relacionada ao método quantitativo de pesquisa. Na pesquisa Quantitativa, usou-se como instrumento de coleta de dados.

Segundo Baptista (1999), é necessário “recorrer-se ao empirismo e à quantificação para melhor conhecer a realidade”, associado à análise qualitativa, permite o aprofundamento do conhecimento e a acumulação do saber, que são elementos essenciais na ciência, exercendo um exercício de cooperação mútua.

A pesquisa bibliográfica, segundo Lakatos e Marconi (1991), abrange o estudo a respeito da bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo e tem como finalidade colocar o pesquisador em contato com o que já foi escrito sobre determinado assunto, permitindo o reforço na análise dos dados. Assim, a pesquisa bibliográfica foi realizada a respeito do tema educação financeira e empreendedorismo enquanto ferramentas importantes de inclusão social.

A pesquisa documental é a pesquisa na qual a fonte de coleta de dados está restrita a documentos, tais como documentos de arquivos públicos ou privados, leis, relatórios, contratos, censo etc. (Lakatos; Marconi, 1991). Neste estudo, a pesquisa documental foi realizada através de relatórios fornecidos pelas comunidades terapêuticas, bem como das plataformas das mesmas na internet. Já os dados primários foram obtidos nas comunidades terapêuticas, com a aplicação de um questionário feito pelo autor e a pesquisa realizada pelo mesmo.

Uma pesquisa qualitativa pode utilizar-se de análise de discurso, de narrativa, de conteúdo e outras técnicas para analisar os dados que foram coletados. Nesta pesquisa, os dados serão analisados de maneira descritivo-qualitativa por meio da técnica de análise de conteúdo, podendo ser aplicadas técnicas de estatística descritiva. A análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de mecanismos que permite interpretar mensagens e comunicações em geral, utilizando as inferências que esta possui para descrever o conteúdo e permitir a assimilação de informações (Bardin, 1979).

O objeto de estudo foi em Comunidades Terapêuticas da cidade de Maringá no estado do Paraná, atualmente a cidade conta com cinco clínicas, sendo elas: Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas (MAREV), Recanto Mundo Jovem (AMARAS), Projeto Vida, Centro Missionário Unidos em Cristo (CRMC) e Casa de Nazaré, sendo as quatro primeiras comunidades específica para o sexo masculino e a última para o sexo feminino.

Todas as comunidades citadas estão vinculadas ao sistema de cadastro da Secretaria de Assistência Social e Cidadania (SASC) de Maringá-PR e realizam o acolhimento de pessoas em situação de vulnerabilidade, como dependentes químicos, usuários de drogas e ex-presidiários, para intervenção clínica.

Como característica da pesquisa já mencionada neste artigo, sendo uma abordagem descritivo-qualitativa, foram realizadas pesquisas de forma presencial nas Comunidades Terapêuticas com o objetivo de identificar os conhecimentos sobre Educação Financeira e se os acolhidos são incluídos financeiramente.

A pesquisa foi realizada com 91 (noventa e um) entrevistados com idades entre 16 a 65 anos, vale destacar que dentro deste público, apenas 9 pessoas são do sexo feminino enquanto a maior parte é do sexo masculino. Para realizar a pesquisa em cada comunidade o autor distribuiu questionários para todos os acolhidos juntos, respondendo de maneira individual, pois durante a aplicação, o entrevistador explicava com mais detalhes o objetivo de cada pergunta, atento às possíveis dúvidas que poderiam acontecer. O questionário é composto por 25 perguntas, subdivididas em partes e o período de aplicação nos meses de março e abril de 2022.

Também foi aplicado o questionário da Febraban, que tem o objetivo de medir o índice de saúde financeira, e que todo mundo pode realizar esta pesquisa disponível no site: <https://indice.febraban.org.br/calcule-seu-indice>.

3 Descrição e Análise de Dados

Como já mencionado, foi realizado esta pesquisa em 5 Comunidades Terapêuticas cadastradas, sendo a primeira, AMARAS- Recanto Mundo Jovem, Associação Maringaense de Apoio e Reintegração de adolescentes – AMARAS/ Recanto Mundo Jovem foi fundada em abril de 1999 com a iniciativa do Monsenhor Geraldo Schneider. A entidade sensibilizada com o uso de drogas por uma faixa etária cada vez menor e a falta de um programa de tratamento específico de Dependência Química para esta demanda, implantou uma unidade terapêutica de atendimento ao usuário e dependentes de drogas e de álcool que inicialmente era exclusiva para adolescentes do sexo masculino e hoje aceita pessoas de diferentes idades, com capacidade de atendimento a 33 residentes, possuindo atualmente em média de 18 residentes.

A segunda instituição, o CRMC (Centro de Recuperação Missionários de Cristo) presta atendimento de acolhimento e tratamento terapêutico a pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas, (álcool e outras drogas), em sua maioria em situação de rua e vulnerabilidade social. A instituição presta serviços em sistema de abrigo social em regime integral sem fins lucrativos contendo em média 15 residentes.

A terceira comunidade, Projeto Vida, com atendimento médio de 20 (vinte) residentes A finalidade do Projeto é recuperar pessoas carentes que enfrentam o problema de dependência química, de drogas, álcool etc. Já são 13 anos de trabalho, foram atendidos aproximadamente 4.000 homens, obtendo como resultado a libertação eficaz de 1.000 homens que se reintegraram na sociedade como profissionais liberais, pastores

e que reconstituíram suas famílias com uma nova vida em Cristo. Atualmente o Projeto atende em média de 15 a 20 residentes.

A quarta comunidade, MAREV – Associação Maringá Apoiando a Recuperação de Vidas (masculina) com atendimento médio de 40 (quarenta) residentes do sexo masculino, a partir de 12 anos de idade, usuários de substâncias psicoativas independente de raça, cor, crença, religião, convicção filosófica ou política, enfim, sem distinção de qualquer natureza, com execução de programa terapêutico biopsicossocial e espiritual.

A última instituição, Casa de Nazaré, na qual em Maringá é a única comunidade cadastrada na SASC, sendo específica do público feminino, atende em média de 9 a 15 mulheres. A entidade busca uma prática que não produz modelos de instituições de confinamento e sim um equipamento social dotado de recursos humanos e materiais que propiciam acolhimento, convivência, atividades pedagógica, ocupacionais, recreativas, atendimento psicológico, odontológicos, médico e espiritual, visando o desenvolvimento humano, integral e social e dos direitos de cidadania das residentes e de suas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade, exclusão e risco social.

É importante destacar que, todas as Comunidades possuem uma estrutura completa para acolher e cuidar das pessoas que estão passando pelo uso e abuso de substâncias químicas, além de outras instituições e profissionais que realizam trabalhos de forma voluntária nas Comunidades.

3.1 Educação financeira em comunidades terapêuticas

A educação financeira é onde as pessoas conseguem fazer um planejamento para gerenciar e organizar a vida financeira pessoal e empresarial, diante disso, o questionário seguinte, demonstra a necessidade dos residentes em Comunidades Terapêuticas em desenvolverem esta área da vida que é tão importante nos dias de hoje e principalmente pensando em um recomeço de vida.

Tabela 1 – Banco, Educação Financeira, Planejamento e Gastos

Você possui conta no banco?	76% SIM	23% NÃO	1% Não consegue abrir conta em banco
Você acredita que a Educação Financeira pode te ajudar na sua vida?	92% SIM	5% NÃO	2% Não sabem o que é educação financeira
Quando você tinha uma renda, você tinha um planejamento financeiro?	38,5% SIM	61,5% NÃO	
Você anotava seus gastos?	11 % SIM	60,4% NÃO	28,6 % AS VESES

Com a intenção de verificar a inclusão financeira, foi questionado se os entrevistados possuíam acesso a uma instituição financeira, cerca de 75,8% dos entrevistados possuem conta no banco, grande parte das pessoas que fazem parte das comunidades, são bancarizadas, enquanto uma pequena parcela não possui conta (23,1%), e apenas 1% não consegue abrir conta no banco.

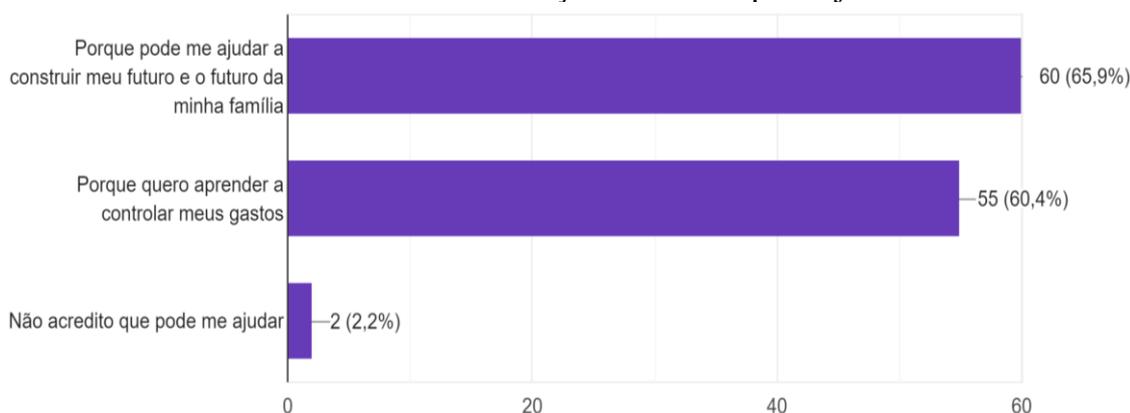
Na pergunta sobre educação financeira pode ajudar na vida dos entrevistados, 92,3% dos entrevistados acreditam que podem ajudar na sua vida financeira. Esta pergunta foi um ponto chave para a evolução e expansão desse projeto, no qual tem como objetivo analisar a necessidade da Educação Financeira nas Comunidades Terapêuticas.

Segundo Amadeu (2010), A educação financeira é um processo que estimula o desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e competências, transformando o pensamento dos indivíduos e para que compreendam os serviços financeiros disponíveis e estejam preparados para administrar suas finanças pessoais sem serem constrangidos por propagandas que levam a gastos desenfreados, e o endividamento pessoal.

O Planejamento financeiro contribui com o indivíduo e as famílias consigam atingir seus objetivos financeiros de curto e longo prazo, conseguindo gerenciar melhor o seu dinheiro, definindo estratégias para conseguir alavancar seu patrimônio e para não entrar em dívidas. Quando não se faz um planejamento, fica complicado para conseguir saber se vai sobrar dinheiro ou não no final do mês, trazendo preocupações e conflitos dentro de casa ou até mesmo nos negócios empresariais.

A análise dos respondentes do questionário sobre planejamento e gastos financeiros, foi descoberto que cerca de 61,5% dos entrevistados disseram que não possuíam um planejamento financeiro, os outros 38,5%, possuíam um planejamento.

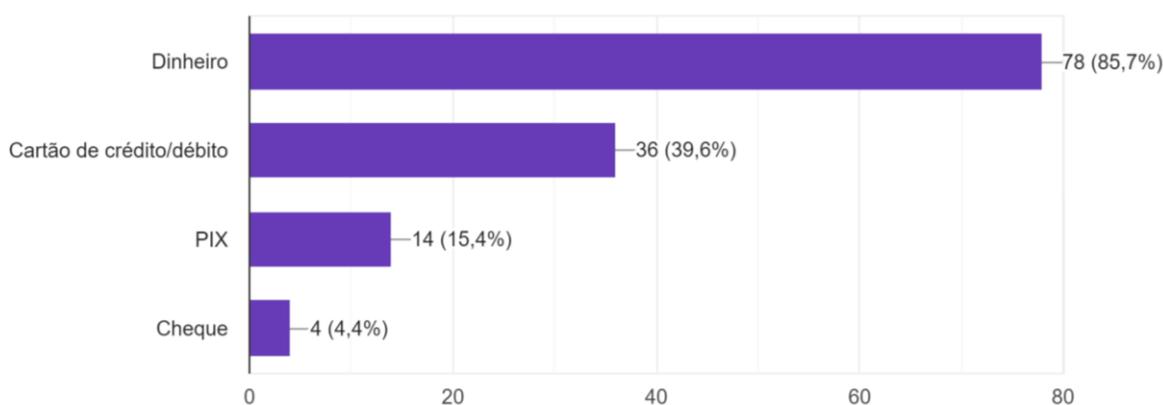
Tabela 2 - Educação Financeira pode ajudar



Seguindo a análise referente a importância da educação financeira, a maioria acredita (65,9%) que ela pode ajudar a construir o futuro pessoal e o futuro da família, pois é o caminho para conseguir alcançar os objetivos pessoais e familiares, com o auxílio de investimentos.

O dinheiro é a forma de pagamento mais comum ainda nos dias de hoje, segundo o Instituto Locomotiva¹ “47 milhões de pessoas com mais de 18 anos recebem o salário ou rendimentos principalmente em moeda corrente”, comprovando essa majoritariedade do uso da cédula.

Tabela 3 – Forma de pagamento

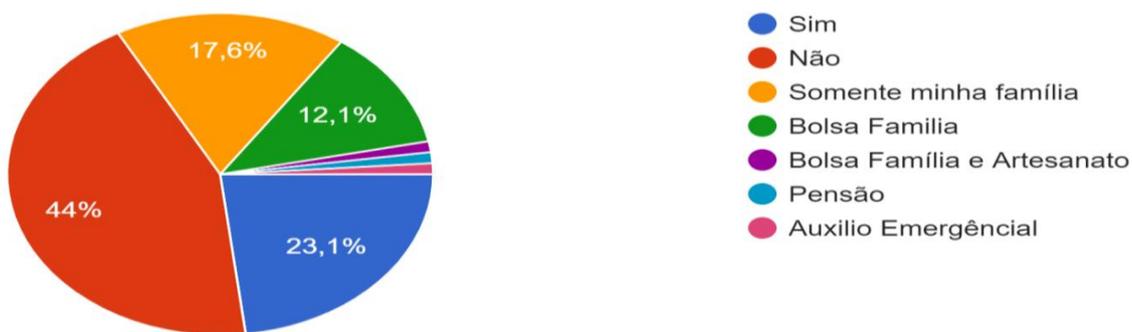


Cerca de 85,7% dos pesquisados, utilizava o dinheiro em espécie como forma de pagamento, devemos salientar que, muitos utilizam esta forma de pagamento pois é de fácil acesso, pois os mesmos conseguem pegar dinheiro emprestado da família, de amigos e até mesmo de agiotas, seguido do cartão de crédito e débito com 39,6%. O Pix (15,4%) ainda está em expansão no mercado, e principalmente a população mais idosa, preferem o dinheiro e o cartão como forma de pagamento.

Segundo a pesquisa da Febraban, a taxa de aceitação entre os jovens é de 99% enquanto os que têm mais de 60 anos, cai para 65% a taxa de aprovação para utilizar o Pix. Por último, com apenas 4,4%, o cheque é a forma menos utilizada de pagamento, com a tendência de cada vez mais os pagamentos serem de forma digital.

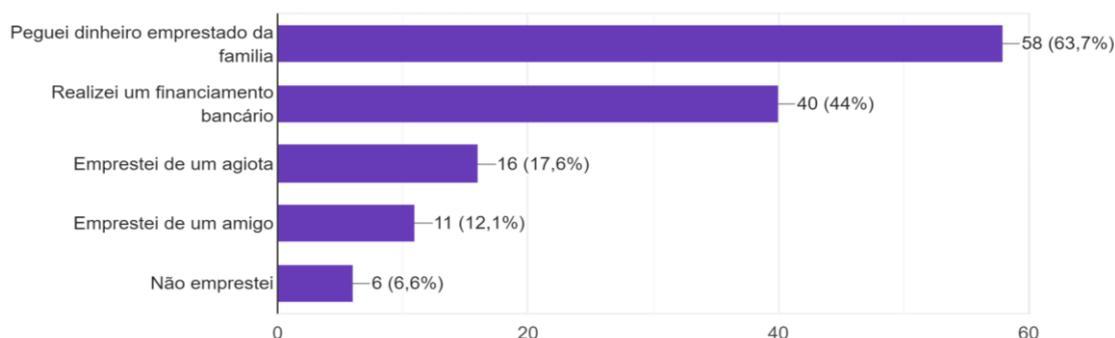
¹ Os brasileiros e o dinheiro em espécie. **Locomotiva Pesquisa & estratégia**. p. 8, 12 out. 2019. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2019/10/Os-brasileiros-e-o-dinheiro-em-especie-Imprensa-Outubro-de-2019.pdf> Acesso em: 29 abr. 2022.

Gráfico 1 - Renda Mensal



61,6% dos entrevistados não possuem renda mensal, 38,4% possuem algum tipo de renda, seja por meio do Auxílio Brasil (mais conhecido como bolsa família) ou até o recebimento de vendas realizadas fazendo artesanato.

Tabela 5 – Empréstimo



Continuando sobre a temática dinheiro, foi perguntado para os internos se já haviam emprestado dinheiro de alguém, e 63,7% responderam que pegou emprestado da família, 44% realizaram um financiamento, 17,6% emprestaram de agiota e 12,1% emprestaram de amigo, apenas 6,6% não emprestou dinheiro de alguém.

Tabela 6 – Empréstimo, Reserva e Dívida Financeira

Você já realizou empréstimo bancário?	56% SIM	40,7% NÃO	3% Não tem acesso à bancos
Você possui reserva financeira?	25,3% SIM	61,5% NÃO	13,2% Somente à família
Você possui dívida?	54,9% SIM	36,3% NÃO	8,8% Não sabem

56% dos entrevistados já realizaram empréstimo bancário, é um dado importante pois demonstra que no geral, as pessoas que estão fazendo tratamento em comunidade terapêutica, tem acesso ao crédito e que são incluídas financeiramente. As outras pessoas, 40,7% não realizaram empréstimos. Em contrapartida, quando é realizado uma comparação entre, o percentual de pessoas que possuíam um planejamento financeiro, as pessoas que já pegaram dinheiro emprestado de alguém, as que já realizam empréstimos bancários, é possível correlacionar com o endividamento, na qual 54,9% disseram que possuíam dívidas.

A segurança básica da educação financeira é a reserva de emergência na qual é um dos grandes desafios para os entrevistados pesquisados. A reserva de emergência tem como característica um plano de curto prazo. Possuir uma reserva financeira, evita os imprevistos que podem acontecer, possibilitando evitar os empréstimos com alta taxa de juros, além de ser uma forma de rentabilizar o dinheiro guardado, e de não se gastar tudo o que se ganha, o exemplo claro sobre isso atualmente, foi o período de pandemia, onde muitas famílias não puderam trabalhar, e por não possuir um dinheiro guardado, entraram em dívidas, não conseguiram pagar o aluguel, energia e etc, além de acumular juros nos bancos.

Diante disso, vemos que 74,7% dos internos, não possui uma reserva financeira, e que, pensando quando essas pessoas saírem das comunidades, como vão lidar com a realidade de que não terão nada financeiramente falando, até conseguirem um emprego ou abrir seu próprio negócio, e é claro, muitos que tem família, conseguem se manter, mas não é o caso da maioria.

Analisando essa grande quantidade de indivíduos que já realizaram empréstimos bancários, e quando perguntados se os mesmos possuíam endividamento Tabela 6, cerca de 54,9% disseram que sim, que possuíam dívidas, o que enfatiza novamente a importância de um planejamento financeiro. Segundo o BCB (2013) assegura que “A falta de educação financeira, aliada à facilidade de acesso ao crédito, deixou muitas pessoas profundamente endividadas, privando-as de parte de sua renda, pois as parcelas mensais reduzem sua capacidade de consumir o produto”. Com base nesses resultados até aqui, já é visível o fato de como a falta de conhecimentos financeiros pode ocasionar dificuldades no pós-tratamento dos internos. E apenas 36,3% dos entrevistados disseram que não possuem dívidas e 8,8% não sabem dizer se têm dívidas.

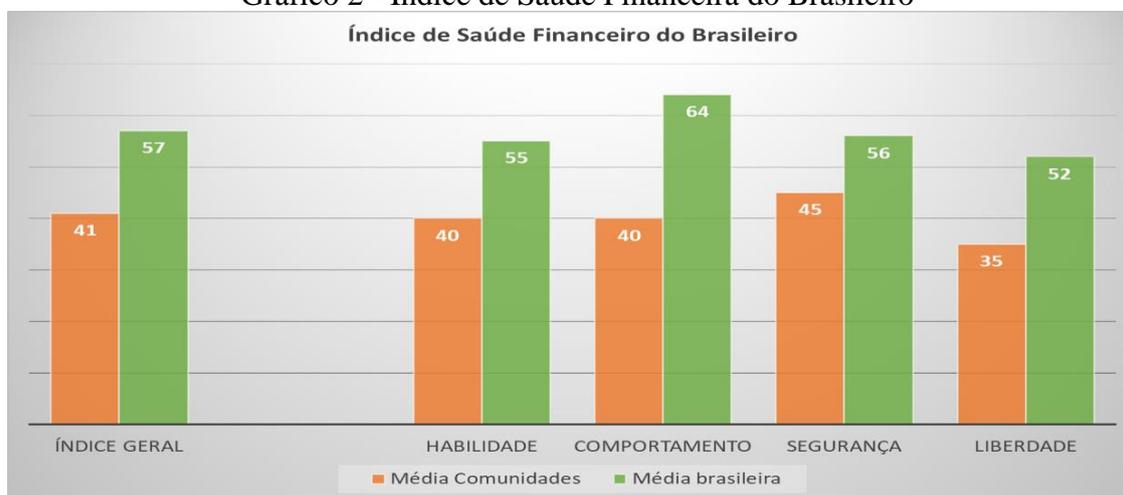
Foi aplicado o segundo questionário para os internos, sendo este o índice de Saúde Financeira desenvolvido pela Federação Brasileira de Bancos, a Febraban. Este indicador

foi desenvolvido para compreender a saúde financeira do brasileiro para, assim, desenvolver uma nova abordagem educativa, desta forma podemos compreender qual é a média de saúde financeira das comunidades, na qual possui uma média de 41 (quarenta e um) pontos.

A pontuação é considerada muito baixa, segundo a FEBRABAN:

A vida financeira apresenta desequilíbrios, o que pode afetar o padrão de vida das famílias e ser motivo de estresse no ambiente familiar. Assim, você enxerga pouca perspectiva no presente e não consegue prever o amanhã. Pode se sentir só, isolado. Pode também sentir dificuldades em aplicar informações financeiras e enxergar poucas saídas para sua situação atual. Para melhorar suas finanças, seu foco deve ser sair das dívidas, se organizar e ampliar a renda. Buscar orientação e auxílio na educação financeira pode ser útil.

Gráfico 2 - Índice de Saúde Financeira do Brasileiro



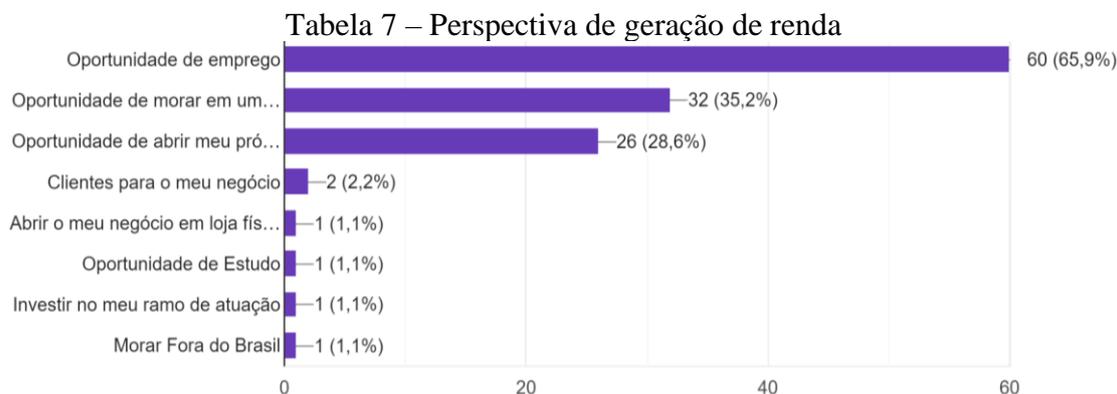
O índice geral da saúde financeira das CT's, está em 41, no qual significa um nível muito baixo de saúde, enquanto a média brasileira está em 57 pontos, considerada ok em níveis de saúde financeira. Devemos lembrar que, para conseguir obter um bom índice, é necessário cumprir alguns requisitos, como conseguir pagar as obrigações financeiras constantes, tomar boas decisões financeiras, possuir disciplina e autocontrole para cumprir objetivos e os projetos de vida, ficar seguro quanto ao futuro financeiro e ter liberdade de para escolher o que quer fazer da vida. Para conseguir chegar nesta média dos entrevistados, o autor lançou todos os questionários no site: <https://indice.febraban.org.br/calculou-seu-indice>, as respostas dos respondentes.

Na segunda análise, contempla a habilidade, entende-se que por saber tomar ou não decisões financeiras, ou buscar novas informações financeiras. Com base nisso, vemos que a pontuação média dos entrevistados nas comunidades é 40 (quarenta), enquanto a média nacional dos brasileiros é 55.

A terceira e quarta análise abrangem o comportamento e a segurança do indivíduo, sendo que o primeiro atende a sua percepção sobre sua situação financeira e se ela é fonte de preocupação e estresse na sua vida e a segunda a percepção de liberdade sobre o leque de opções proporcionado pela situação financeira no presente e no futuro. Como podemos observar ambas estão abaixo da média brasileira.

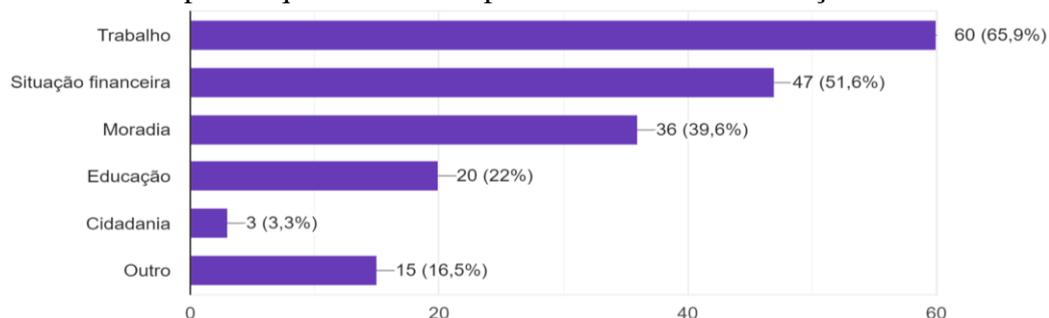
3.3 Empreendedorismo nas comunidades terapêuticas

Na parte do questionário, na qual abordou se os entrevistados já investiram em alguma coisa, 47,3% dos entrevistados nunca investiram em nada, cerca de 29,7% tem o sonho de abrir seu próprio negócio, assim como no gráfico 13 a seguir, na qual aborta sobre perspectivas de geração de renda, 28,6% gostariam de uma oportunidade de abrir seu próprio negócio (por isso é importante a implementação de cursos e palestras sobre empreendedorismo nas comunidades, para que durante o processo de recuperação dos internos, os mesmos consigam capacitar para que, quando saírem da comunidade, consigam se re inserirem na sociedade e obterem uma fonte de renda extra).



Conforme mostrado no gráfico 14, que o trabalho é o maior aspecto para melhorar as condições de vida, na pergunta do gráfico 13, sobre perspectivas na geração de renda, a oportunidade de emprego é a principal necessidade também. Aqui é um ponto importante para falar sobre a dificuldade que os entrevistados, que fazem tratamento nas comunidades terapêuticas, quando se recuperam e vão em busca por um emprego, na qual hoje é o maior desafio das Comunidades Terapêuticas do Brasil e do Mundo, que é a reinserção social.

Tabela 8 - Aspectos que contribuem para a melhoria das condições de vida



Cerca de 65,9% dos entrevistados acreditam que o trabalho é uma grande necessidade para melhorar suas condições de vida, “Trabalhar é condição essencial, não somente pela manutenção financeira, mas pela dignificação da vida. Trabalhar se constitui numa parte importante da vida. E vai além do ganha-pão. Tem a ver com realização pessoal, com sentir-se útil e encontrar sentido para os dias.”

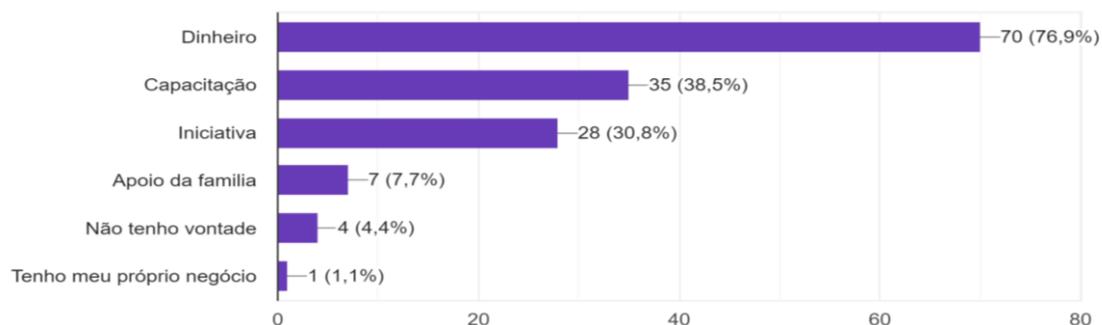
Vale destacar, que a situação financeira, segue em segundo lugar com (51,6%), e em terceiro, a moradia com (39,6%) que é de grande importância também, pois é um direito social previsto na Constituição de 1988, no artigo 6º.

São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (BRASIL, 1989. p. 19).

Diante disso, o papel do estado é fundamental na aplicação desse direito pensando principalmente no momento em que a sociedade está vivendo de pós-pandemia e crise econômica, e que o número de famílias indo para as ruas tem se agravado cada vez mais.

A pesquisa também buscou entender as necessidades dos acolhidos nas comunidades para melhorar suas condições de vida, quando foi perguntado, quais atividades o indivíduo já exerceu, mais de 95% das pessoas que frequentam as comunidades terapêuticas, já exerceram algum tipo de trabalho, seja nas áreas que não exigem ensino superior, como jardineiro, pedreiro, pintor, até os que possuem bacharelado em contabilidade e agronomia. Apenas 4% dos entrevistados não exerceram algum tipo de atividade. Segundo Rodrigues (1994), quando a vida das pessoas está insatisfatória, a melhor alternativa para obter satisfação é o trabalho.

Tabela 9 - Empreendedorismo



Para aqueles que possuem vontade de ter seu próprio negócio, 76,9% dos entrevistados disseram que o dinheiro é o principal fator para empreender, veja, conforme demonstrado no gráfico 04, sobre planejamento, e no gráfico 16, sobre gestão de empresa e analisando o índice médio da saúde financeira, gráfico 12 das comunidades, é previsível que a falta de conhecimentos, habilidades e atitudes, pode comprometer o desenvolvimento dos negócios que os entrevistados tem como objetivos e sonhos de se realizar. Portanto, é novamente enfatizado a importância de realizações de cursos e capacitação sobre educação financeira nas comunidades terapêuticas, para contribuir com a reinserção social dos acolhidos nas comunidades.

Dentre os entrevistados, 63,7% se consideram uma pessoa criativa, é um dado importante quando é relacionado com o empreendedorismo. Um ponto importante observado, nas comunidades não é oferecido curso ou capacitação sobre empreendedorismo, sendo aqui destacado neste artigo a importância para falar sobre este tema dentro das comunidades, pois muitos indivíduos têm o sonho e vontade de abrir seu próprio negócio e através dessas iniciativas de instituições, todos que quiserem serão capacitados durante e depois do tratamento na CT, prontos para o mercado de trabalho e serem reinseridos novamente na sociedade.

Mais de 82% dos entrevistados, possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre habilidade de gestão de empresa, como analisado no gráfico sobre empreendedorismo, a gestão de empresa é um fator importante para o desenvolvimento dos negócios e expansão, considerando ainda, que a gestão de empresa é o segundo maior curso que os entrevistados têm interesse em fazer.

Considerações Finais

Com o grande número de reincidentes que no geral, as comunidades terapêuticas possuem, foi identificado uma possível causa que contribuiu para a reincidência, a situação financeira dos internos.

Com base nos resultados obtidos na pesquisa realizada nas cinco CT's, em primeiro lugar, vale destacar a necessidade de implementar novas políticas públicas voltadas à inclusão e educação financeira. Segundo lugar, a formalização de capacitação sobre educação financeira e empreendedorismo, como forma de incentivo para os internos, que, com base no questionário, muitos possuem interesse em iniciar seu próprio negócio. Diante disso, a formação destes futuros empreendedores é fundamental para o sucesso de um negócio, pois permite identificar competências que precisam ser aprimoradas por meio de aprendizados que impactarão no dia a dia da empresa, garantindo que estejam preparados para os desafios diários de iniciar um negócio e reintegração com a sociedade.

Conforme o objetivo estabelecido do trabalho inicialmente, no qual o autor pensava que o público a ser pesquisado, não era incluídos financeiramente, em analisar a inclusão e educação financeira e o empreendedorismo em comunidades terapêuticas no decorrer do projeto, foi identificado através das pesquisas realizadas, que a falta de educação financeira é um dos fatores que causa a reincidência dos acolhidos, pois os mesmos conseguem se reabilitar na saúde, no social, espiritual e físico, mas não tem a “reabilitação financeira”. É importante mencionar que a pesquisa tem caráter único no meio acadêmico, o qual o questionário aplicado, foi adaptado para ser realizado com este público, não sendo encontrado algum outro artigo específico sobre a temática.

Além do mais, a parceria de instituições de ensino que possam capacitar os acolhidos através de cursos, é uma grande oportunidade para colaborar com o “projeto de vida” e sonhos que os mesmos possuem, e este projeto pode ser expandido para as demais comunidades da cidade de Maringá, e para todas as comunidades terapêuticas do Brasil e do mundo.

Referências

AUGUSTINIS, V. F.; COSTA, A. de Sá M. da; BARROS, D. F. Uma Análise Crítica do Discurso de Educação Financeira: por uma Educação para Além do Capital. **Revista Adm.made**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p.79-102, set. 2012. Quadrimestral.

BADER, M.; SAVOIA, J. R. F. **Inclusão financeira**: como a tecnologia e a modernização das transações bancárias impulsionam a economia e transformam a relação do mundo com o dinheiro. São Paulo: Saint Paul Editora, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Parceria Nacional para Inclusão Financeira**. Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional. Maio 2012.

BAPTISTA, D. M. T. O debate sobre o uso de técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa. *In*: MARTINELLI, Maria Lucia (Org.). **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999. p. 19-27.

BCB. **Relatório de Inclusão Financeira**. N. 1. Brasília, DF: BCB, 2010.

BCB. **Relatório de Inclusão Financeira**. N. 2. Brasília, DF: BCB, 2011.

BCB. **Plano de Ação para Fortalecimento do Ambiente Institucional: relatório 2012-2014**. Parceria Nacional para Inclusão Financeira. Brasília, DF: Banco Central do Brasil, 2014.

BCB. **Relatório de Inclusão Financeira**. N. 3. Brasília, DF: BCB, 2015.

BCB. **Relatório de Economia Bancária**. Brasília, DF: BCB 2017.

BCB. **Relatório de Cidadania Financeira**. Brasília, DF: BCB, 2018b.

CACCIAMALI, M. C.; CHAHAD, J. P. Z.; TATEI, F. Microfinanças e Política Pública na América Latina. **Cadernos ROLAM/USP**, Ano 8, v. 1, p. 149-172, 2008.

CGAP (Consultative Group to Assist the Poor). Access to Finance for the Poor. Annual Report, 2010.

DAMAS, F. B. Comunidades terapêuticas no Brasil: expansão, institucionalização e relevância social. **Revista de Saúde Pública**, Florianópolis, v. 6, n. 1, p. 50-65, 2013. Disponível em: <http://esp.saude.sc.gov.br/revista/>. Acesso em: 12 dez. 2021.

DAVID, I. **Bancarização**: como a inclusão financeira beneficia o mercado. Disponível em: <https://boavistatecnologia.com.br/blog/bancarizacao/#:~:text=A%20ascensão%20dos%20bancos%20digitais%20e%20seus%20impactos%20no%20mercado&text=Isso%20le%20vou%20a%20banca%20de,forma%20permanente%20para%20a%20população.> Acesso em: 10 dez. 2021.

FEBRABAN. **Bancarização e inclusão financeira no Brasil**. Congresso Latino-Americano de Inclusão Financeira. Julho, 2011.

GREATTI, L. **As cooperativas de crédito e a implementação da política de inclusão financeira no Brasil**: 2017. 263 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, São Paulo, 2017.
GLOUKOVIEZOFF, G. From Financial Exclusion to Overindebtedness: The Paradox of Difficulties for People on Low Income? *In*: ANDERLONI, L.; BRAGA, M. D.;

CARLUCCIO, E. (Eds.). **New frontiers in banking services**. Emerging needs and tailored products for untapped markets, Berlin: Springer Verlag, 2006. p. 213-245.

HIRA, T. K. **Personal Finance: Past, Present and Future**. Dezembro de 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1522299>. Acesso em: 06 ago. 2019.

KLAPPER, L.; LUSARDI, A.; PANOS, G. A. **Financial Literacy and the Financial Crisis**. Março de 2012. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2038765>. Acesso em: 25 jul. 2019.

MELO, M. C.; CORRADI-WEBSTER, C. M. Análise do funcionamento de comunidade terapêutica para usuários de drogas. **Athenea Digital**, v. 16, n. 3, p. 379-399, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.2012>. Acesso em: 1 jul. 2018.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, A. T.; SANTANA, F. de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p.1121-1141, 2007. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/>. Acesso em: 06 ago. 2019.

SCHUMPETER, J. A. **A teoria do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOARES, M.; MELO SOBRINHO, A. **Microfinanças: o papel do Banco Central do Brasil e a importância do cooperativismo de crédito**. 2. ed. Brasília-DF, Banco Central do Brasil, 2008.

VAN MAANEN, J. Reclaiming Qualitative Methods for Organizational Research: A Preface. **Administrative Science Quarterly**, v. 24, p. 520-524, 1979.